

Saúde, demografia e escravidão na mina de Morro Velho: 1835-1886

Alisson Eugênio: prof. adjunto de História do
Brasil na Universidade Federal de Alfenas
(UNIFAL-MG)

1. História Econômica e Demografia Histórica

Resumo: Nesse texto serão analisadas as condições de saúde da população escrava na mina de Morro Velho, para saber se o novo ideário de governo dos escravos, que vinha sendo proposto por intelectuais de diversos campos de saber desde o fim do século XVIII dos dois lados do Atlântico, foi ou não colocado em prática pelos administradores de tal mina e qual resultado disso para as condições de vida e saúde da sua população escrava. Palavras-chave: saúde, demografia e escravidão.

Summary: This text aims to analyze the administration of slavery population in the Morro Velho mine, to see if the new ideas of government of slaves, which had been proposed by intellectuals from various fields of knowledge since the late eighteenth century the two sides of the Atlantic, or was not put into practice by administrators of such mine and what a result for life conditions and health their slave population.

Keywords: health, demography and slavery.

Durante a II Revolução Industrial, aproximadamente entre 1860-1914, nações europeias, que haviam experimentado considerável desenvolvimento econômico, estavam ávidas por ampliar seus mercados internacionais. Uma das estratégias usadas pelos seus Estados para atingir esse objetivo foi a conquista imperial, que ao ser executada apresenta diferentes peculiaridades. A mais conhecida é a caracterizada pela invasão de territórios, sua incorporação ao mapa geopolítico do “império”, a exploração das suas riquezas naturais e a submissão de grande parte do seu povo a formas degradantes de trabalho; e muitas vezes compulsório.¹

A Inglaterra é considerada um dos países mais bem sucedidos nessa empreitada, pela sua: capacidade militar, competência administrativa, eficiência tecnológica, destreza de adaptação a contextos diferentes de dominação e dedicação à busca de oportunidades para projetar-se onde os investimentos de suas companhias pudessem impulsionar a sua expansão econômica. Sua presença, nas variadas formas de conquista imperial, pode ser observada em diversos pontos do planeta. Um deles foi o Brasil, cuja economia esteve sob a sua influência, desde pelo menos o Tratado de Aliança, Comércio e Navegação de 1810, que abriu as fronteiras da economia nacional para as suas exportações com uma alíquota de 15%, contra 16% para Portugal e 24% para os demais países.² Daquele ano até o final da primeira década do século XX, quando a produção cafeeira brasileira experimentou grave crise de superoferta e o capitalismo europeu passava por tensões, que se revelavam inconciliáveis até o ponto de convergirem para uma grande guerra, o seu império controlou a maior parte do mercado do nosso país.

Esse controle, exercido em quase toda a América do Sul, ocorreu sem a invasão territorial, e por isso o imperialismo que lhe deu suporte é chamado de informal, pois, de acordo com a explicação de Eric Hobsbawm, nessa porção do planeta, “a dominação econômica e a pressão política, quando necessárias, eram implantadas sem a conquista formal”,³ uma vez que os países aí situados haviam obtido suas independências recentemente e com a ajuda inglesa.

Um dos setores da economia brasileira que mais interessaram aquele país foi a mineração. Era exatamente esse setor que, na incipiente e modesta indústria nacional, mais se destacava no século XIX,⁴ sendo a província de Minas Gerais a região geologicamente com maior potencial de exploração de riquezas minerais. Em um dos seus povoados, que viria a ser denominado em 1836 Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, atual município de Nova Lima (região metropolitana de Belo Horizonte), os ingleses se estabeleceram em 1834 para explorar uma das maiores minas de ouro do mundo; a mina do Morro Velho.

Essa mina foi explorada desde o início do século XVIII, após o bandeirante Domingos Rodrigues de Fonseca Lima, em 1701, ter descoberto ouro nos riachos dos Cristais e Cardoso, afluentes do Rio dos Velhos. Até 1830, ela pertenceu à família Freitas. O último membro dessa família a explorá-la foi o padre Antônio de Freitas, que a vendeu para o capitão George Francis Lyon, superintendente da mina de Congo Soco, situada em Caeté, pertencente a Saint John del Rey Mining Company Limited. Quatro anos depois, em 1834, este a revendeu para tal empresa que já operava em São João Del Rey desde os anos 1820.⁵ Aos poucos, ela foi sendo aprimorada graças: ao avanço tecnológico industrial que os ingleses notavelmente empreenderam ao longo do século XIX, ao volume de capital investido para viabilizar a extração de ouro, ao pessoal técnico e administrativo deslocado da Inglaterra para atuar no novo empreendimento e à capacidade da empresa de reunir, treinar e governar grande quantidade de força de trabalho para ser empregada, a maior parte, nas galerias do subsolo diretamente na extração de ouro.

Apesar de a política internacional britânica empenhar-se contra a escravidão e o tráfico de africanos desde pelo menos o final da primeira década do século XIX, sob os auspícios do

¹ DECA (2000) p. 154.

² JÚNIOR (1995) p.153-154.

³ HOBBSAWN (1988) p. 90.

⁴ IBGE, *Séries Estatísticas*, Vol.3. Rio de Janeiro, 1986, p. 343.

⁵ MELO (2008) p. 46.

Iluminismo,⁶ suas companhias usavam mão-de-obra escrava em países em cujas relações sociais predominavam formas arcaicas de exploração do trabalho, como no Brasil, onde as elites reafirmaram no “pacto” constitucional de 1824 a escravidão negra.

Tal foi a justificativa dos diretores da empresa para o uso do trabalho escravo na Morro Velho, conforme afirmou em relatório de 1849: “Essa é a forma de trabalho do país; os ingleses, ao irem para o mundo à procura de oportunidades, devem por necessidade se conformar com as condições sociais que encontram estabelecidas em cada país.”⁷

A empresa tinha alternativa? Teoricamente sim. Poderia ter trazido operários ingleses. Mas o custo da sua mão-de-obra foi considerado demasiadamente oneroso pelos seus proprietários para os padrões de um negócio estabelecido no Brasil. Além disso, a sua organização como classe e suas lutas por melhores condições de trabalho e aumento salarial estavam transformando as ruas das principais cidades industriais inglesas em palco de guerra, o que era muito preocupante na perspectiva patronal.

Poderia ter se empenhado para incentivar homens livres pobres nativos, com atrativos que talvez os motivassem a “vender” sua mão de obra para a companhia, quebrando a sua resistência ao trabalho regular. Afinal, como mostrou Maria Sylvia de Carvalho Franco, eles tinham seu imaginário do trabalho marcado pela degradação, determinada pela escravidão e, com efeito, “alimentavam um projeto de senhores”.⁸ Por essa razão, quando a Saint John se estabeleceu na antiga Freguesia de Nossa Senhora do Pilar nos idos do ano de 1834, não havia no Brasil um mercado de mão-de-obra assalariado amplo e plenamente constituído. E, além disso, grande parte dos indivíduos que se dispunham a trabalhar, principalmente nas localidades cujas economias estavam voltadas para a produção de alimentos para o mercado interno, como aquela freguesia, tinha outras opções para garantir a sua subsistência.

A esse respeito, Douglas Cole Libby observou que a superintendência da mina de Morro Velho reclamava recorrentemente das faltas dos seus operários livres. Faltas que ocorriam normalmente nas épocas de plantio e colheita, pois de um modo geral eles pertenciam a famílias de pequenos proprietários rurais tradicionalmente empenhadas na produção agrícola de subsistência e para o abastecimento local, levando à seguinte conclusão: “os trabalhadores livres de Morro Velho ainda não são operários em termos modernos, pois não são totalmente destituídos dos seus meios de produção, em particular a terra”.⁹ E como não conseguiam viver apenas dela, vendiam parte de seu tempo para a empresa como forma de complementar a renda familiar, e dessa maneira “não preenchendo totalmente os requisitos da rigorosa organização do trabalho da companhia”.¹⁰ Assim, sem incentivo além do salário, dificilmente os gestores da mina conseguiriam atraí-los e, principalmente, transformá-los em trabalhadores industriais.

Esses foram os motivos alegados pela Saint John para utilizar largamente a mão-de-obra escrava em suas minas brasileiras, particularmente na de Morro Velho, a maior e mais rentável delas, onde em 1863 a população escrava nela ocupada atingiu a marca de 1691 indivíduos, compondo 65% do contingente de seus operários, depois de ter atingido 85% no período de 1839 e 1847, mantendo-se maior que o percentual médio anual de mão-de-obra assalariada até 1879, quando começou a declinar rapidamente até o percentual de 18% em 1884.¹¹ Em outros termos, a empresa preferiu sofrer as pressões do aguerrido abolicionismo de seu país, a enfrentar o desafio de atrair trabalhadores ingleses e de converter os homens nacionais pobres em operários. E isso por razões óbvias do ponto vista capitalista; era mais fácil e barato se adaptar “ao sistema do país”, com farta e disciplinada força de trabalho. Sendo assim, resta saber se ao menos o tratamento recebido pelos escravos em sua mina estava afinado com as propostas de governo dos escravos, formuladas

⁶ A esse respeito, é muito esclarecedora a pesquisa de Valentin Alexandre. O Império luso-brasileiro em face do abolicionismo inglês. In: SILVIA (1999) p. 395-415.

⁷ Annual report. London, Robert Clay, 1849, p.10.

⁸ FRANCO (1997) p. 216.

⁹ LIBBY (1979) p. 109.

¹⁰ LIBBY (1979) p. 154.

¹¹ LIBBY(1979) p. 91-94. Os números excluem a força de trabalho europeia.

por letrados dos dois lados do Atlântico e por grandes proprietários rurais nas Américas, sintonizadas com a Ilustração e com o ideário reformista e o discurso humanístico de seus expoentes.

Para tanto, é necessário saber se os índices de mortalidade da população escrava em Morro Velho eram menores ou maiores em relação aos mesmos índices vigentes no país e como eram as suas condições de vida, saúde e trabalho comparativamente com demais empreendimentos escravistas de grande porte.

O trabalho pioneiro de Douglas Cole Libby, escrito em 1979, dedicado ao estudo da mina de Morro Velho, com destaque para a análise da mão-de-obra nela empregada, objeto do seu quarto capítulo, será muito útil para condução desta investigação. Pois em um dos seus subcapítulos, ele dedica onze páginas (136-147) bastante esclarecedoras sobre a vida no cativeiro da companhia. A partir do seu estudo e da documentação relativa a esse assunto será possível saber se os proprietários e administradores da mina decidiram ou não colocar em prática o ideário ilustrado sobre o governo dos escravos e qual resultado dessa decisão para as condições de vida, saúde e trabalho da população escrava.

Esse tema tem sido estudado há algum tempo. No Brasil há dois livros a esse respeito. Um deles é o de Ronaldo Vainfas, publicado em 1986, dedicado ao período colonial brasileiro e baseado nos escritos jesuítas. O outro é o de Rafael de Bivar Marquese, publicado em 2004, focado entre os anos de 1660 e 1860, nas principais áreas produtoras das Américas e sustentado em escritos jesuíticos, tratados médicos e tratados agrônômicos.¹² Como esse autor concentrou sua análise em documentação que se reporta exclusivamente à realidade das grandes fazendas, uma análise sobre o governo dos escravos em um empreendimento minerador organizado aos moldes do trabalho fabril inglês da época da II Revolução Industrial e situado em uma província fortemente urbanizada para os padrões da época, pode, comparativamente, ampliar a compreensão histórica sobre a escravidão em um contexto em que essa forma de organização da produção estava sendo cada vez mais criticada.

Na documentação destacam-se os relatórios anuais da superintendência da mina de Morro Velho, sobretudo a parte elaborada com base nos relatos dos médicos, que cuidavam dos enfermos no hospital da companhia. Esse documento era enviado para a direção da empresa na sua sede em Londres, como forma de prestação de contas das atividades da mina, e nele podem ser encontradas abundantes informações sobre o trabalho escravo, horas de trabalho, rotina, vida cotidiana fora da mineradora, diversões, doenças e todo o esforço para administrar os escravos, conformá-los à sua condição, incentivá-los ao trabalho, ao matrimônio e à moral religiosa. Enfim, ele permite observar o governo dos escravos na Morro Velho.¹³

Há também uma narrativa elaborada no final da década de 1860 por Richard Francis Burton, diplomata britânico, cônsul da Coroa sob o comando da Rainha Vitória, resultante de uma longa viagem feita por ele ao interior do Brasil, partindo do Rio de Janeiro até chegar à mina de Morro Velho, onde foi conhecer o bem sucedido negócio de seus compatriotas que, no momento de sua visita, havia atingido o auge da produção. Em relação ao tratamento dado aos escravos ocupados na mina, ele afirma ter ficado impressionado com a qualidade de suas vidas. A comida era farta, o vestuário confortável, moradia salubres, hospital com médico trazido de Londres para cuidar das suas doenças, cuidados especiais com as grávidas, e ainda tinham licença para cultivar suas hortas e tratar de seus porcos e suas galinhas, bem como para se divertirem com suas danças e batuques, nos feriados, domingos e horas de folga.¹⁴

Teria sido assim mesmo a vida dos negros submetidos ao cativeiro na Morro Velho, ao menos quando tal viajante visitou durante aproximadamente um mês as instalações dessa

¹² VAINFAS (1986). MARQUESE (2004).

¹³ Parte dessa fonte (1834-1886) encontra-se no centro de estudos mineiros da FAFICH/UFMG, sob a direção de Douglas Cole Libby. Na íntegra (1834-1958) ele encontra-se na Universidade do Texas (EUA). Uma cópia digital dela está na Casa de Memória de Nova Lima-MG.

¹⁴ BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília, Senado Federal, 2001, p. 292 e 334-336.

mineradora?

Quase duas décadas anteriores à sua visita, artigos estavam sendo publicados em periódicos ingleses denunciando as condições de vida e trabalho dos escravos na companhia. Entre os autores dessas publicações estavam dois de seus ex-funcionários, um médico e um oficial do departamento de redução (britagem, esmagamento e pilagem das rochas das quais se apurava o ouro). Apesar de uma parte da imprensa londrina veicular notícias de que na mina de morro velho “o tratamento dos negros é visto como um questão importante”, como o *The Illustrated London News* em matéria publicada no dia 20 de janeiro de 1849, a repercussão das denúncias foi tamanha que a direção da Saint John enviou um investigador de Londres para averiguar a situação, o Dr. Thomas Walker (médico de formação, havia servido anos no exército britânico).¹⁵

Naquele momento, o movimento abolicionista inglês estava no auge. Seus integrantes haviam conseguido pressionar o Estado inglês a abolir a escravidão (1834) depois da proibição do tráfico de africanos (1807) para suas colônias.¹⁶ Possivelmente foi esse o fator decisivo que provocou o efeito nos leitores da revista *Mining Journal* e nos jornais *The Observer* e *Morning Post* que publicaram as denúncias. Já era demais para os críticos da escravidão na Inglaterra tolerar que companhias inglesas submetessem pessoas a essa forma de exploração do trabalho, cada vez mais considerada moral, política e filosoficamente injusta, por ser degradante e contrária aos anseios de progresso e ideais civilizatórios da humanidade. Ainda mais se essa submissão também implicasse em mau tratamento, o que extrapolava o inaceitável para uma mentalidade forjada sob o impacto das sensibilidades produzidas durante as Luzes. Nada mais seria contraditório para uma nação que, naquele contexto histórico, se apresentava como a vanguarda da civilização, agente principal da evolução tecnológica e missionária da mais refinadas virtudes.

Thomas Walker passou algum tempo nas dependências da mineradora britânica instalada na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Sabará. Visitou a mina, averiguou os seus diversos departamentos, observou os escravos em suas diversas funções, verificou os serviços hospitalares a eles prestados, a sua alimentação, o seu vestuário, a sua habitação, a sua vida fora da empresa, as suas diversões, as suas comodidades, etc. Dessa visita, resultou um longo relatório entregue à direção da Saint John em 1851 e a resposta dada pelo seu redator foi a mais positiva possível. Os súditos ingleses, alarmados com o material divulgado na imprensa britânica, agora podiam aquietar suas consciências? Afinal, se a escravidão ainda era necessária nos rincões do mundo, na periferia das sociedades declaradas civilizadas, ao menos os indivíduos que tinham a infelicidade de suportar os seus grilhões viviam dignamente para os padrões de um operário inglês, conforme ele ponderou em seus relatos?

Essa foi sua conclusão que em parte acabou sendo divulgada, junto com fragmentos de pareceres de administradores da mina, em uma circular destinada aos proprietários de escravos alugados pela Morro Velho. Desde 1843, a sua superintendência estava proibida de comprar negros pela Lei Lord Brougham. Até então ela havia adquirido 412 indivíduos.¹⁷ E como estava impossibilitada de novas aquisições incentivou a reprodução natural e recorreu ao aluguel. Para evitar que os locadores se negassem a alugar seus cativos à mineradora, preocupados com as notícias dos maus tratos, ela procurou tranquilizá-los com um documento relatando como era a vida dos escravos em sua propriedade. Nele o cirurgião Huger Birt escreveu:

“Tive oportunidades incomuns de conhecer a condição dos ingleses pobres nos distritos agrícolas; inclusive, em St. Marylebone tendo tido contato com este último como cirurgião-assistente da Enfermaria Paroquial; além de ser cirurgião por cerca de cinco anos de um distrito de oito paróquias, incluindo um enorme abrigo; e ao comparar suas condições com à dos nossos pretos, a balança pende fortemente a favor de Morro Velho – a maioria deste último possuindo porcos e aves, e ganhando o suficiente para comprar suas pequenas luxúrias; o mais cuidadoso pode, e consegue, em adição a isso, acumular algum dinheiro. Passados alguns dias, fui requisitado por um preto, chamado Honorio Raymondo, para

¹⁵ LIBBY (1979) p.137, nota 190.

¹⁶ KLEIN (2004) p.194-197.

¹⁷ LIBBY (1979) p. 98.

arrumar seu relógio, ao qual estava anexada uma proteção de prata, valendo em conjunto cinco ou seis libras esterlinas, pelo menos; de novo, muitos negros têm vergonha de roupas sucateadas, e compram para si casacos que mecânicos ingleses não precisariam de se envergonhar em vestir.”¹⁸

Esse documento, as respostas do dossiê de Thomas Walker incumbido de investigar as denúncias de maus tratos aos escravos na Morro Velho, os relatórios anuais da superintendência, as estatísticas médicas publicadas em anexo a esses relatórios e as impressões do cônsul inglês Richard Burton, quando da sua visita à mina, serão os testemunhos que darão suporte a esse ensaio.

Para isso, utilizarei como estratégia narrativa a sequência dos relatos daquele investigador, os quais sempre que necessário serão confrontados com as demais fontes. Ele começa seu parecer descrevendo a localização da mina de Morro velho, numa região montanhosa, quente no verão e muito fria no inverno, cortada por rios que percorrem um amplo vale envolvido por densas florestas. Essa informação era de grande importância, porque ainda predominava na medicina a concepção de que o clima exercia grande influência na constituição e proliferação de doenças. Diante dela, não ficou surpreso em saber que entre as enfermidades mais comuns na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, as pulmonares tinham considerável incidência, sobretudo nos negros ocupados na companhia.¹⁹ Pois a maior parte de suas atividades era executada nas entranhas da terra, onde a alta umidade e a excessiva poeira produzida pelas explosões, brocas, picaretas e demais ferramentas típicas da mineração debilitavam seus pulmões.

Mas essa debilidade, comum nos indivíduos dedicados à mineração nas mais diversas experiências observáveis na história, poderia ser atenuada se a sua vida após as jornadas de trabalho tivesse boas condições. E é exatamente essa a imagem que Thomas Walker procurou construir com o seu dossiê. Pois, após sua descrição dos aspectos morfológicos da localidade onde estava situada a mina, iniciou uma longa descrição da maneira como os escravos eram tratados na Morro Velho. Ao visitar as suas habitações, afirma que nunca viu, no tempo que permaneceu no Brasil, casas de boa qualidade ocupadas pelas “classes baixas”, como as construídas pela mineradora para abrigar seus negros. Os casados viviam em casas separadas, os solteiros em alojamentos em grupos de quinze a vinte pessoas, com divisão entre os sexos. Suas residências eram mantidas bem conservadas, arejadas e frequentemente limpas pelos seus ocupantes, pois passavam por vistorias dos feitores e do administrador geral periodicamente. Os locais onde foram erguidos recebiam boa iluminação solar e boa ventilação, com mananciais de água potável, favorecendo a salubridade.²⁰

Além de bem abrigados, os escravos também eram bem agasalhados com roupas distintas para o trabalho e as horas de folga, para o verão e o inverno, para os homens e as mulheres. No geral uma blusa de lã, duas camisas de algodão, duas calças, uma touca, um par de luvas, um sobretudo ou camisolão e as mulheres ainda recebiam dois vestidos e um lenço. No auge da estação fria, recebiam um casaco de lã azul como reforço contra as baixas temperaturas, que tornam o vale onde foi erguida a antiga freguesia de Nossa Senhora do Pilar incomodamente gélido.²¹ O sustento deles podia até mesmo provocar inveja em grande parte da população da época. Eles tinham três refeições por dia. Um desjejum, almoço e jantar. A sua dieta básica compunha-se de arroz, feijão, farinha de milho, carne de vaca ou porco (natural ou seca), café e chá.²² Para reforçar seu depoimento, Thomas Walker fez questão de reafirmar que:

Para a boa qualidade geral dos diferentes artigos, e para as boas comidas, posso dar amplo testemunho, tendo ido repetidamente à cozinha e examinando-as, e provando-as e

¹⁸ Circular to proprietors. London, Robert Clay, 1850, p. 56. Doravante, todas as notas que fizerem referência a esse documento dispensará a data, pois somente há uma circular to proprietors.

¹⁹ Annual report, 1850, p. 56. Doravante, todas as notas que fizerem referência ao relatório de Thomas Walker dispensará a data, pois ele foi publicado no Anual Report do mesmo ano.

²⁰ Annual report, p. 57-58.

²¹ Annual report, p. 58-59. Circular. 45.

²² Annual report, p. 60; Circular, p.45 e BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília, Senado Federal, 2001, p. 335.

testemunhando a distribuição delas, à qual o feitor comparece para ver se não há irregularidade e para receber quaisquer reclamações, às quais ele deve satisfazer de imediato como pode, e reportar cada uma delas ao gestor dos negros.²³

Além das refeições fornecidas pela companhia, os seus escravos podiam complementar sua alimentação com o resultado do cultivo de frutas, legumes e verduras, bem como da criação de galinhas e porcos. A superintendência da mina permitia a eles, nas horas e dias de folga, entregarem-se a essas atividades e até lhes concediam terrenos anexos ou próximos de suas residências para essa finalidade. Inclusive podiam vender o excedente da produção livremente no mercado local, arrecadando o suficiente para ao menos comprarem algumas guloseimas, tabaco ou bebidas espirituosas (aguardente de cana) que podiam tomar, com moderação nos domingos e feriados.²⁴

Sobre esse ponto, o consumo de álcool, Thomas Walker ponderou o seguinte:

Aqueles que trabalham numa parte úmida da mina recebem um trago de cachaça, (a bebida típica do país, destilada da cana de açúcar) após deixar o trabalho, apresentando ao feitor em comando um bilhete do dirigente com o qual trabalharam. Àqueles que também ficam molhados em outro ofício, ocasionalmente lhes é permitido um trago. Fico inclinado a questionar a política de oferta de tragos realizada dessa forma, não porque um único trago pode trazer mal, mas me parece que tal prática pode, ao induzir os negros a pensarem nisso como positivo, influenciar a encorajar neles essa indulgência nos espíritos à qual já são bastante inclinados. Um copo de café quente e forte seria, crio eu, igualmente benéfico em tal momento, e livre de objeção. Não fiz sugestão alguma neste ponto ao Sr. Keogh, porque fui advertido de que o café estava escasso naquela época.²⁵

Havia tempo o álcool era usado, em pequenas porções diárias, como estimulante aos trabalhadores de algumas ocupações. No Brasil, desde os primórdios da Colônia, os que trabalhavam em serviços pesados e em lugares mais frios tomavam um pouco de aguardente (um destilado de cana-de-açúcar). Na Morro Velho, esse costume continuava preservado. Tanto que, na Circular aos proprietários de 1850, da relação de provisões básicas dadas aos escravos consta bebida alcoólica, com a ressalva de “quando necessário”.²⁶

Em seu lugar o delegado da direção da Saint John, em sua missão investigatória, sugeriu café, que é igualmente estimulante, sem provocar os efeitos colaterais do álcool. Tal substituição vinha ocorrendo em todo o Ocidente, onde as forças produtivas avançavam rapidamente, junto com as relações sociais de produção, para o capitalismo moderno. A rigorosa disciplina imposta aos trabalhadores nesse novo sistema chocava-se com um hábito, cada vez mais compreendido na época como “um óbice ao progresso e uma causa de decadência das nações”, por provocar nos indivíduos que dele abusam a “ociosidade e a miséria com o seu triste cortejo”²⁷

Na sequência de seu relatório, Thomas Walker aborda o universo da produção. A organização das atividades da mina obedecia a uma sistemática divisão de tarefas. Para executá-las, os escravos eram divididos em três classes, conforme suas forças, idade e aptidão. A maior parte atuava no subsolo, ou na linha de frente, abrindo caminho para a abertura de galerias (os foguistas), furando as rochas para encontrar as pedras matrizes que envolviam ouro (broqueiros), selecionando o material apurado para acondicioná-lo nos vagões (selecionadores). Destes até o setor de encaminhamento para a redução, haviam os negros que recolhiam o material e o colocavam nas caçambas (carregadores), as quais eram acompanhadas pelos caçambeiros até o setor de pesagem, onde os pesadores faziam o registro do peso do conteúdo transportado, antes dele ser enviado para a

²³ Annual report, 1850, p. 60.

²⁴ Annual report, p. 61, Circular, p. 45-46.

²⁵ Annual report, p. 61-62.

²⁶ Circular, p. 45.

²⁷ VILHENA, Mathias Antônio Moinho de. *Do uso e abuso das bebidas alcoólicas*. Rio de Janeiro, tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882, p. 60-61.

redução. Nesse departamento, existiam outras funções que também reuniam grande parte de trabalhadores. Nele reduziam-se as pedras ao máximo possível até a lavagem e a apuração final do ouro.²⁸

A carga horária de trabalho, até 1848, era de doze horas diárias para todas as funções. Posteriormente, os escravos destinados às atividades no interior da mina tiveram suas jornadas reduzidas progressivamente até atingir oito horas. Afinal, elas exigiam mais força e atenção deles e lhes expunham a muito mais riscos. Os empregados nas demais especializações tinham horários variados. Um mecânico trabalhava 9 horas e 45 minutos, os da casa de amalgamação 9 horas, os ferreiros 9 horas e 15 minutos. Alguns departamentos funcionavam 24 horas por dia, como o da mina, onde atuavam os empregados da linha de frente da operação de escavação, divididos em 3 turnos. O dia de trabalho começava às seis horas. Quando os sinos soavam 11 horas, havia uma pausa para o almoço de 45 minutos. Até às 17 horas a maioria dos setores da empresa parava, quando era servido o jantar. Essa carga horária, compatível com a vigente no sistema fabril inglês da mesma época, era atenuada com uma pausa de pelo menos 12 horas entre o fim e o início de outra jornada e com uma folga no final de semana.²⁹

Após esse período, pelo menos a partir de 1846, os escravos poderiam fazer horas extras remuneradas, com vencimento nada desprezíveis comparados aos padrões salariais e ao custo de vida no Brasil da época. Segundo Douglas Cole Libby, um escravo produtivo poderia acumular até 83\$200 mil-réis anuais nos idos de 1867, quando a arroba do toucinho (14,7 Kg) custava 6\$645, o alqueire de feijão (13,8 litros) custava 2\$917 e um funcionário público empregado como mensageiro dos correios recebia 320\$000 por ano.³⁰

Os que não queriam, ou não aguentavam uma carga adicional de trabalho, iam para suas casas, a fim de cuidar das atividades domésticas, hortaliças, roças e criações, ou mesmo desfrutar de descanso, tomando um trago da bebida e apreciando um pouco de tabaco, como testemunhou Thomas Walker:

Todos possuem a inteira disposição do seu tempo depois que suas tarefas são terminadas, ou suas horas de labor acabadas, embora não possam ir para além dos limites do estabelecimento sem permissão. Os próprios trabalhadores se encarregam de cuidar de suas aves e porcos, e trabalhar em seus jardins, enquanto outros se deliciam com a indolência letárgica, fumando e desfrutando da sociedade junto com outros igualmente retirados para si no ócio. As mulheres se encarregam de lavar, costurar, e tomar conta das casas e dos filhos. Alguns, tanto homens como mulheres, apanham lenha, e cortam grama, e fazem pequenos trabalhos para ganhar algum dinheiro.³¹

Ao que parece, a criação de porcos era rentável. Na circular destinada aos proprietários de negros alugados para a companhia, o administrador J. Smyth informa que os escravos geralmente dedicavam a tarde de sábado aos sacrifícios dos suínos suficientemente gordos para abate. Nas suas pocilgas eram criados aproximadamente duzentos capados, ao custo de dois mil réis em seis meses. Ao final deste período, cada animal podia custar até dezoito mil réis.³²

O próximo tópico do dossiê do delegado da Saint John, encarregado de investigar o tratamento recebido pelos negros na Morro Velho, é a instrução religiosa a que eles eram obrigados. A função da religião no governo dos escravos é claramente expressa no seu dossiê: melhorar a condição deles em relação ao seu comportamento. Havia uma capela anglicana na época, onde um sacerdote todas as manhãs regia algumas preces e aos domingos celebrava um culto. Eles deveriam comparecer às preces logo após o desjejum. Nesse momento faziam uma oração comandada pelo capelão e ouviam dele algumas rápidas palavras de conteúdo moral, encerrada com a benção para,

²⁸ Annual report, p. 62-66 e Circular, p.42-44. Uma descrição mais detalhada dessas e outras atividades encontra-se em LIBBY (1979) p. 123-129.

²⁹ LIBBY(1979) p. 136-7. Annual report, p. 62-66; Circular, p. 37 e p. 42-44.

³⁰ LIBBY(1979) p.105-106.

³¹ Annual report, p. 67.

³² Circular, p. 46.

em seguida, iniciarem suas tarefas.³³

Mas a vida religiosa dos escravos a serviço da mineradora não se resumia a essas atividades. Em um dos morros da freguesia de Nossa Senhora do Pilar, eles podiam frequentar a irmandade religiosa dedicada à Nossa Senhora do Rosário, mantida pelos negros da localidade desde 1774, quando foi criada, e que até hoje abriga a cultura remanescente dos afrodescendentes na cidade de Nova Lima (originada da referida freguesia). Nas alvoradas dominicais, enquanto os ingleses participavam das celebrações cristãs à moda anglicana em sua capela, os escravos iam para a sua igreja, no morro do Rosário, cultuarem suas devoções, fossem elas católicas, ou africanas, ou mesmo as de forma sincrética.

Ao final da missa, muitos deles dirigiam-se para a venda da freguesia, onde bebiam, comiam, dançavam, brincavam, namoravam, enfim, aproveitavam o resto do dia com divertimentos.³⁴ Isso preocupava a direção da empresa, pois, segundo averiguação de Thomas Walker, as suas idas dominicais para o centro comercial da localidade favoreciam “a bebedeira e outras desordens”, razão pela qual sugeriu à superintendência da mina a construção de uma capela própria para eles nas dependências da companhia, o que poderia facilitar seu controle.³⁵

A propósito, essa parte do relato esclarece o ponto central da razão da sua investigação. Caso realmente os escravos fossem excessivamente explorados, com altas jornadas de trabalho e, como se isso não bastasse, recebessem tratamento ruim, mais do que contradizer a imagem que a Inglaterra procurou construir como uma nação espelho da civilização, mais do que aguçar as críticas dos seus cidadãos abolicionistas, o que mais preocupava eram outros problemas. Primeiro o fluxo de escravos alugados à empresa. A circular para os proprietários na verdade foi um conjunto de esclarecimentos destinado a eles após os alarmes provocados pelos abolicionistas ingleses. Segundo, a manutenção da ordem na população escrava. A esse respeito, o agente-chefe da mineração, Thomas Treloar, expressou claramente, em relação ao governo dos escravos (nos seus próprios termos, “governing blacks”), a necessidade fundamental de “inculcar neles valores morais e religiosos”, bem como “encorajá-los a amar e terem prazer ao dinheiro”, incentivando-os a cultuarem hortas e animais nas horas de folga do cativo.³⁶

Uma instituição considerada estratégica nesse quesito é o matrimônio. Os escravos eram incentivados ao casamento, recebendo presentes, casa exclusiva e até recompensas em dinheiro, além das despesas com o ritual, as vestimentas próprias para a ocasião e alianças.³⁷ Em junho de 1850 havia 83 casais de cativos casados na companhia, com numerosas crianças, o que foi considerado suficiente para manter a população cativa, na opinião de Thomas Walker.³⁸ As crianças, enquanto os pais trabalhavam, tinham um tempo para brincar, outro para receber instrução religiosa e mais outro para aprender um ofício. Abaixo segue uma lista dos garotos e dos ofícios a eles ensinados.³⁹

Nome	Idade	Sob os cuidados de	Ofício
Mariano	9	Robert Quick	Carpinteiro
Floriano	7	W. Bawden	“
Delfino	8	Thos. Hancock	“
Joze Delfino	8	Simão	“
Lorenço	7	Josh Gregor	“

³³ Annual report, p. 68.

³⁴ Circular, p. 45.

³⁵ Annual report, p. 68.

³⁶ Circular, p. 39.

³⁷ Circular, p. 18.

³⁸ Annual report, p. 70.

³⁹ Circular, p. 14.

Gaspar (liberto)	7	W. Robson	“
Jannario	10	Delfino	Pedreiro
Fellicio	12	Maliphant	“
Rodrigo	12	Cornelius	“
Valentine	7	Jozo Fostino	“
Augusto	10	Richard Luke	Ferreiro
Adão	7	Walter Tregellas	“
Galdino	12	Wm. Warren	“
George	8	John Seymour	“
Henrique	6	Thos. Tregellas	“
Germano	8	James Knight	“
Venancio	6	John Rose	“
João Delfino	6	Joze Mario	Mineiro
Ignacio	7	Mensageiros	“
Jozé	6	Mensageiros	“
Marcellino	7	Peões	“

Para completar o quadro do controle sobre a população escrava na mina, a sua administração promovia festas em alguns feriados, como a carta do superintendente Mr. Keogh destinada à direção da companhia em Londres e reproduzida na Circular aos proprietários descreve:

Em minha última carta, prometi dar a você uma descrição da festa para os pretos desse estabelecimento, que ocorreu na Segunda Feira de Páscoa. É um dia Santo para nós todos. Os entretenimentos começaram por volta do meio dia. Eles consistem de todos os jogos atléticos que você pode imaginar. Os vitoriosos – a saber – homens, mulheres e crianças, ganharam prêmios, como vestidos, xales, tocas, lenços, porcos e etc. No fim da tarde, uma grande fogueira foi acendida; foram soltados fogos de artifício e os pretos dançaram suas danças típicas. As pessoas da Casa Grande compareceram com eles todo o tempo, o que trouxe grande entusiasmo à comemoração. Lá havia mais de mil negros reunidos, além de ingleses; e não ocorreu a menor dos tumultos. Não vi nem sequer uma pessoa embriagada, tudo era alegria e bons sentimentos. Desejo que os diligentes possam ter testemunhado essa cena; tanta alegria acontecendo, combinada com tão agradável ordem.⁴⁰

Assim, esperava-se que os escravos se sentissem satisfeitos, ou nas palavras de J. Smyth, administrador da mina, “confortáveis e felizes”, pois com todas essas comodidades, suas vidas “eram melhores do que o geral das classes laboriosas na Inglaterra”.⁴¹

O governo dos escravos não estava completo sem as punições aos negros de mau comportamento. Durante sua investigação, Thomas Walker apurou que se praticavam castigos físicos na Morro Velho desde o início das suas operações na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, nos idos de 1834, com considerável frequência. Descobriu também que, na opinião dos administradores, tal prática trazia desvantagens ao trabalho, porque os escravos tornavam-se intratáveis, razão pela qual ela foi proibida a partir de 1848, exceto em ocasiões muito

⁴⁰ Circular, p. 22.

⁴¹ Circular, p. 46.

extraordinárias (no caso do roubo, por exemplo). Mesmo assim, os feitores foram orientados a confinar os delinquentes em celas ou quartos escuros, ou, até mesmo, prendê-los com correntes nas pernas (no caso dos que recorrentemente saíam das dependências da companhia sem obtenção de licença). Às vezes, recorria-se a palmatórias quando se tratava de caso mais grave de insubordinação, e se a gravidade ocorresse pela terceira vez, vendia-se o insubordinado, ou o devolvia ao seu dono caso fosse alugado.⁴²

Todavia, as punições mais aplicadas, principalmente após 1848, estão relacionadas ao cerceamento dos fragmentos de liberdade gozados pelos cativos nas brechas de tempo do cativeiro. Proibiam-lhes a saída para a freguesia, a cultura das hortas, pomares e criação de animais, ou a comercialização dos seus excedentes, e lhes aplicavam multas em dinheiro e os retiravam das listas de premiações.⁴³

Quase duas décadas após a conclusão do relatório do encarregado pela Saint John de investigar o tratamento dos escravos na Morro Velho, Richard Burton admitiu a eficácia desse novo método de penalizar os infratores, ao afirmar ter notado “a conduta bem educada e respeitosa dos negros”, não podendo “haver melhor prova que são bem tratados”. No entanto, observou que punições mais severas (confinamento em celas e imobilização das pernas por correntes) ainda se praticavam na companhia nos casos de má conduta grave, tais como “embriaguez contumaz, desobediência de ordens, insubordinação ou roubar um companheiro”. Tais condutas, segundo seu depoimento, parece ser exceção, pois “a lista de castigos é baixada quinzenalmente e, em geral, é pequena”.⁴⁴

Para isso podem ter contribuído, além de um considerável espaço de autonomia para os escravos (a possibilidade de comercializarem no arraial os produtos de seu trabalho realizado nas horas de folga nos terrenos a eles concedidos pela companhia) as promoções, as premiações de boa conduta e as alforrias feitas em algumas ocasiões diante de toda a escravaria convocada e reunida no pátio da Casa Grande.⁴⁵ As promoções ocorriam desde pelo menos o ano de 1847, quando sete escravos foram promovidos, sendo quatro (Pequeno Capitas, Braz Coqueiro, Manuel Roberto e João Cornel) a maquinista, dois (Antônio Moçambique e Marciano Jocq) a capitão de brocas, um (Thomas Tenda) a ferreiro; atividades até então reservadas aos poucos operários ingleses da mina.⁴⁶ No ano de 1875, no dia 7 de fevereiro, há notícias de que alguns escravos receberam medalhas de boa conduta, que os capacitavam a receber carta de alforria. Na mesma ocasião, após serem reconhecidos pelos oficiais como merecedores da “honraria”, formavam um semi-círculo. Diante deles o superintendente escolhia pelo menos um para receber a liberdade. Foi o que aconteceu na referida data, quando dois deles, que haviam obtidos o reconhecimento de boa conduta durante cinco anos consecutivos, receberam uma medalha de prata; símbolo da sua nova condição.⁴⁷

Esse ritual trata-se de uma estratégia ideológica para ampliar a pressão persuasiva sobre a população escrava, ao oferecer a ela a possibilidade de ascensão social e profissional dentro do próprio sistema.

O próximo assunto do parecer de Thomas Walker são os serviços médicos prestados aos escravos. A percepção de que a medicina poderia ser convertida em um instrumento estratégico para as atividades produtivas nas colônias começou a ser formada desde pelo menos as décadas finais do século XVIII, quando uma convergência de fatores (pressões das Luzes, criação da Sociedade pela Abolição do Tráfico, 1787, na Inglaterra, a vitoriosa Revolução do Haiti liderada por negros escravizados, aumento dos preços dos escravos) criou as condições para o tratamento da escravaria

⁴² Circular, p.11; Annual report, p.70-71 e LIBBY (1979) p.157-158.

⁴³ Annual report, p. 70.

⁴⁴ BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília, Senado Federal, 2001, p. 337.

⁴⁵ A esse respeito REIS, João José e SILVA, Eduardo (1989, p. 66-67) explicam que conquistas individuais ou coletivas dos escravos obtidas com os seus senhores contribuíam para a aceitação de uma “dominação aceitável”. Ao que parece, os dirigentes da mina de Morro Velho souberam administrar muito bem a política de concessões para que uma certa paz pudesse garantir que atos de rebeldia e má conduta de sua escravaria fossem controlados na empresa.

⁴⁶ Circular, p. 14.

⁴⁷ Annual Report, 1875, p. 72.

ser melhorado.⁴⁸ Nessa mesma época, a saúde da população em geral estava sendo transformada em assunto de interesse público, dado o impacto das doenças na estrutura demográfica e na vida material das sociedades. É a partir desse momento que a assistência médica, aos poucos, foi inserida no rol das obrigações do Estado,⁴⁹ culminando no que se conhece como saúde pública, isto é, conjunto de medidas governamentais para prevenir e combater os problemas de saúde que afetam ou podiam afetar o conjunto dos cidadãos de uma comunidade.

Nesse mesmo contexto, no Brasil, a assistência médica também começou a ser aplicada no governo dos escravos, sobretudo após o fim do tráfico de africanos, quando a montagem de enfermarias, hospitais e farmácias e até mesmo a contratação de médicos em grandes estabelecimentos produtivos deixa de ser algo raro de se encontrar na documentação histórica.⁵⁰ Na Morro Velho isso ocorreu em 1838, quatro anos após o início de suas operações na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Dez anos depois a companhia inaugurou um novo hospital, com capacidade para 60 leitos, o triplo do anterior, cujas dependências eram tão boas quanto os de Londres, segundo depoimento do seu diretor, por ele ser amplo, arejado, confortável, limpo, dotado de banhos quentes, boa alimentação e, principalmente, acompanhamento médico de qualidade.⁵¹

No mesmo ano, os relatórios anuais da superintendência, destinados à sede da Saint John, passaram a apresentar estatísticas do hospital, seguidos de considerações do médico responsável por esse setor sobre as condições gerais de saúde dos operários da mina, particularmente dos escravos. Trata-se do que Foucault definiu como “a constituição do indivíduo como objeto descritível e analisável (...), que permite a medida dos fenômenos globais, a descrição dos grupos, a caracterização dos fatos coletivos, as estimativas dos indivíduos entre si”. Trata-se de “um saber médico administrativo que servia de núcleo original à economia social e a sociologia do século XIX”.⁵²

Os grandes empreendimentos escravistas, ao integrarem esse saber no cotidiano do cativo, buscavam reduzir os índices de mortalidade de seus escravos, sendo a Morro Velho (o maior de todos eles) um dos que o inseriu na sua administração para completar o quadro dos seus esforços para melhorar as condições de vida, saúde e trabalho dos negros nela empregados. Resta saber se ela atingiu esse objetivo, analisando os dados produzidos pelos seus médicos no seu hospital a partir de 1849 até a última década da escravidão.

Mas antes é necessário conhecer as condições de saúde da população escrava da companhia, segundo a investigação de Thomas Walker, para saber quais problemas mais as afetavam até aquele ano, quando as sistematizações do exercício da medicina na mina começaram a elaborar seus registros estatísticos.

A maior parte do parecer do investigador, 13 das 36 páginas, é dedicada aos problemas de saúde da população escrava. Logo ao chegar em Morro Velho espantou-se com o grande número de mortes ocorridas entre 1848 e 1849 entre seus operários, particularmente escravos vitimados por enfermidades do aparelho respiratório. Ao investigar as causas disso, descobriu ter havido na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar uma epidemia de gripe (influenza) que se alastrou até a companhia. Doenças do mesmo gênero (bronquite, pneumonia e pleurisia) revelaram-se disparadamente em relação às demais (diarreia, enterites, contusões, reumatismo, etc.), as que mais afetavam a população escrava. Elas eram muito comuns na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, onde o inverno é bastante rigoroso. Ao comparar a incidência delas na localidade e nos trabalhadores da mina, observou que nessa última havia maior proporção de afetados, devido à

⁴⁸ MARQUESE (2004) p.103-111. EUGENIO, Alisson. Doenças de escravos com problema médico no final da Era das Luzes. *Varia História*, UFMG, n° 23, 2000.

⁴⁹ FOUCAULT (1998) p. 194.

⁵⁰ Em Cantagalo (Província do Rio de Janeiro), por exemplo, um médico observou que havia hospital em diversas fazendas. TEUSCHER, Reinhold. *Algumas considerações sobre a estatística sanitária dos escravos. Rio de Janeiro*. Tese apresentada à faculdade de medicina do Rio de Janeiro, 1853, p. 6. Em outras fazendas o mesmo pode ser observado, como mostram os estudos de: BARBOSA (2010); MARIOSA (2006).

⁵¹ Circular, p.19-20 e 22; LIBBY (1979) p. 140.

⁵² FOUCAULT (1999) p.157-158; FOUCAULT (1998) p. 202.

natureza do trabalho na mineração, mas menor proporção de mortes, devido à assistência médica de qualidade e medidas preventivas (alimentação saudável, roupa adequada, moradia confortável e trabalho moderado).⁵³

Ao visitar outras minas da mesma companhia e companhias diferentes, ele concluiu que mineiros e demais trabalhadores do subsolo, “underground labourers”, são mais susceptíveis àquelas moléstias, razão pela qual, na sua opinião, não se podia atribuir a sua grande ocorrência no Morro Velho a uma situação particular dessa mineradora. Pois, conforme ele considerou, seus escravos recebiam bom tratamento, diferentemente do que ocorria em muitas propriedades, como em uma no arraial de Santa Rita, próxima da localidade em foco, onde apurou que os cativos recebiam pouca comida, viviam mal agasalhados e trabalhavam muito, inclusive domingos e feriados.⁵⁴

Por essa razão, Thomas Walker concluiu seu relatório em relação ao governo dos escravos favoravelmente com as seguintes palavras: “O resultado das minhas investigações, sobre as acusações do cruel e assassino tratamento recebido pelos negros, imputadas ao Sr. Keogh e aos diretores, é o contrário, pois as condições deles têm sido em diversos aspectos melhorada”.⁵⁵

Enquanto as suas conclusões estavam sendo entregues aos diretores da Saint John em Londres, a superintendência de Morro Velho elaborou uma circular para os proprietários dos escravos a ela alugados, a fim de motivá-los a manterem o interesse por novos contratos com a empresa.

Para tanto procuraram reiterar, com fragmentos de depoimentos do seu diretor geral, que era “humano e generoso o tratamento dos negros”, como “a humanidade sugere”, de maneira a “melhorar sua condição na escala humanitária”.⁵⁶ Isso quer dizer que, além de dar satisfação à sociedade britânica, particularmente ao movimento abolicionista, fazia-se necessário dar explicações aos escravagistas locais, pois o funcionamento da mineradora dependia muito deles, já que ela estava proibida por lei inglesa (1843) de comprar negros.

Essa dependência acabou sendo maior a partir de 1850, quando ocorreu a extinção definitiva do tráfico de africanos no Brasil, pois houve em alguns anos depois uma certa crise de abastecimento desse tipo de mão-de-obra, muita mais drástica nos municípios desconectados da agroexportação cafeeira, que resultou no encarecimento dos preços dos escravos.

No relatório anual de 1852, por exemplo, tentava-se atrair trabalhadores livres para a mina, sem êxito (dado o fato de que os indivíduos que poderiam se empregar na mina tinham de um modo geral horror ao trabalho regular e altamente disciplinado como exige o capitalismo industrial): “Nosso hospital e os nossos recursos estão muito próximo ou igual a qualquer um em Londres. A comida, as roupas e apetrechos dos negros ultrapassam de longe qualquer um da mesma classe em qualquer lugar que eu tenha visto.”⁵⁷

Alguns anos depois, em 1855 a situação parecia piorar. No relatório do mesmo ano, o superintendente explicava à direção londrina que os cafeicultores estavam concentrando seus esforços para comprar escravos no mercado interno, após a extinção do tráfico, fazendo elevar demais os preços de mão-de-obra compulsória. Tanto que o valor do aluguel de um escravo de “primeira classe” saltou de 100\$000 nos anos 1840 para 250\$000 nos anos 1850.

Assim era fundamental para a companhia construir, perante os locadores de escravos, uma imagem compatível com os atributos que faziam da Inglaterra uma das principais protagonistas do progresso das civilizações na “Era dos Impérios”, para não ter suas operações inviabilizadas, por falta de homens que pudessem satisfazer a voracidade do trabalho demandado pela sua mina, até encontrar outra opção.

⁵³ Annual report, p.74-75

⁵⁴ Annual report, p.76 (generalidade da doença) e 83-84 (situação dos escravos em outras propriedades).

⁵⁵ Annual report p.85-86.

⁵⁶ Annual report, 1855, p.58-59. LIBBY (1979) p.101-103.

⁵⁷ Annual report, 1852, p.55. Diversos municípios mineiros afirmaram no inquérito agrícola de 1858 que seus proprietários ressentiam-se de falta de braços. EUGÊNIO, Alisson. Inflação, subsistência e carestia em Minas Gerais em meados do século XIX. In: *História e Economia*, v. 9, n° 2, 2011, p.83-95.

Diante desses relatos, pode-se concluir que seu governo de escravos expressa o idealismo humanitário das Luzes, sendo conduzido com os mesmos fundamentos postulados nos escritos sobre o manejo da população escrava em grandes propriedades. No entanto, apresenta algumas diferenças de conteúdo. Por exemplo, o pagamento de horas extras aos negros, o incentivo à comercialização dos excedentes de sua produção de animais, frutas e hortaliças e o “amor ao dinheiro” para encorajá-los a assimilar o espírito da indústria, conforme ponderou o diretor da administração de Morro Velho, John Routh, em 1850.⁵⁸

Inclusive, depois de justificar em algumas passagens da Circular o trabalho escravo como um mal necessário, em um país onde os homens livres e pobres ainda não haviam sido convertidos à ideologia do trabalho sustentada pelo liberalismo, dada a sua longa tradição da escravidão, a direção da mina enfatizou a sua posição contrária a essa forma de organização de produção:

Os diretores têm esperança de que vai chegar o tempo em que uma mudança na condição social do Brasil, a esse respeito, venha a ocorrer. Eles estão preparados para fazer tudo em seu alcance, por meio de medidas prudentes e criteriosas, para acelerar isso, sem que se crie alarde ou hostilidade nas mentes do Governo do país no qual trabalham. Agindo, assim, sob uma consciente impressão da responsabilidade que deles decorre – com uma percepção profunda de todos os males da escravidão – dando tudo de si, na prática, para remover esses males, ao menos no que refere aos negros da Cia (...).⁵⁹

Entretanto, se os escravos dessa mineradora tivessem deixado algum testemunho do tratamento nela recebido, eles diriam que eram felizes, como diversas vezes a superintendência da empresa afirmou na Circular para os proprietários?⁶⁰

Não podemos ouvi-los, mas nos registros e estatísticas produzidos pela burocracia da companhia dados podem ser confrontados em busca de alguns indicadores sobre a saúde da população escrava, para saber se eles reforçam ou contradizem o parecer de Thomas Walker, as considerações da Circular aos proprietários e as narrativas dos relatórios anuais da superintendência.

Desde o Annual report de 1848, os médicos da mineradora apresentavam anualmente quadros estatísticos do tratamento de doentes no seu hospital. Considerando até o ano de 1885, o maior número de atendimentos ocorreu em 1853, com 2370, e o menor ocorreu em 1881, com 847. A quantidade de doenças oscilou entre 52 (em 1857) e 93 (em 1866). Os problemas de saúde mais recorrentes foram: Acidentes (contusões, ferimentos e fraturas), enterites (inflamações gástrica e intestinal), diarreia, disenteria e bronquite. Possivelmente os acidentes devem ter sido a maior causa de óbitos na companhia. A estatística hospitalar somente apresenta 37 mortes ocorridas nas suas dependências. As ocorridas durante o trabalho não estão clara e rigorosamente computadas em seus registros. Em alguns anos, os relatórios anuais apresentam os números dos acidentes fatais. Em outros não, ou apenas afirma “morreu na mina” sem especificar se foi de acidente, ou foi “de repente”, como às vezes acontecia. Para se ter uma ideia dessas cifras, entre os anos 1850 e 1870 foram registrados pelo menos 60 acidentes fatais nos relatórios anuais da superintendência,⁶¹ e em 1886 ocorreu o desastre considerado mais terrível de todos até então, quando aproximadamente 600 trabalhadores foram fatalmente soterrados.⁶²

Todos esses números, colididos com a estatística hospitalar publicadas nos relatórios da superintendência da mina, permitem observar que as enfermidades do sistema respiratório e as do

⁵⁸ Circular, p. 52.

⁵⁹ Circular, p. 53.

⁶⁰ Circular, p. 21-22.

⁶¹ Usando outro método para estimar o n° de acidentes fatais, comparando o percentual de óbitos geral da população escrava com o percentual de óbitos incluindo os acidentes fatais, o aumento da taxa de mortalidade varia de 0,24 a 1,1 entre 1865 e 1868. No ano de 1867, por exemplo, ocorreram 26 mortes em um único acidente. Annual report, 1868, p. 83-84. Sobre as principais causas de acidentes em minas e a gravidade deles, sugiro as páginas 214 a 298 do capítulo 4, O ouro gosta de sangue, de Rafael de Freitas SOUZA (2009).

⁶² LIBBY (1984) p. 62-65.

sistema digestivo eram as mais incidentes nos indivíduos tratados pelos médicos. Comparando-os com dados de outras realidades de diferentes épocas, chega-se à mesma conclusão.⁶³ É bom lembrar que nem todos os pacientes do hospital de Morro Velho eram escravos, mas a maioria até 1878 sim. Em 1872, por exemplo, o médico responsável pelo relatório da estatística hospitalar, Alex Buchanan, ao considerar muito alta a frequência de atendimento (1973 ao todo somente naquele ano), disse que “a maior parte dos casos ocorreu entre indivíduos negros, fracos de constituição e predispostos a adoecer”.⁶⁴

Não foi possível comparar o percentual de mortes entre os escravos e os operários assalariados da mineradora, porque para esses últimos seus registros apenas apresentam dados esparsos. Para os outros (ver anexo) as cifras são apresentadas desde o começo das operações na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Nos anos iniciais, somente entre os escravos de propriedade de Morro Velho, os índices de óbitos chegaram a atingir o marco de 7,9% (30 mortes em 378 adultos) em 1840, segundo o pioneiro estudo de Douglas Cole Libby.⁶⁵ Do ano seguinte, incluindo os escravos alugados, quando a taxa reduziu-se para 6,1%, o percentual oscilou até declinar para 2,1%, subindo novamente até encontrar o pico 6,15% em 1853, variando posteriormente até cair para 1,45% em 1884 (tabela 1 e gráfico 2).

Comparando essas taxas com as de população escrava no país, na mesma época, por exemplo, na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro entre 1840 e 1851, onde elas oscilavam entre 2,74% e 4,9%, na média elas são compatíveis. Quando confrontados com o mesmo segmento populacional de meio século atrás, Vila Rica, entre 1799 e 1801, onde a média era de 20%,⁶⁶ observa-se expressivo decréscimo, possivelmente derivado da melhoria do tratamento dos escravos, principalmente com a introdução do saber médico e da montagem de um hospital na empresa.

Ao analisar os dados relativos às crianças, entre 1848 e 1868 (a partir dessa data faltam dados de óbitos), excluindo os anos de 1849, 1850 e 1852 (porque faltam dados de nascimento para o primeiro ano e dados de óbitos para os demais anos) houve um saldo demográfico positivo de 69 (129 nascimentos contra 60 mortes) entre os escravos da companhia. Em relação aos escravos alugados, excluindo o ano de 1849 (porque não houve registro de nascimento naquele ano) o saldo no mesmo período é de 421 (545 nascimentos e 124 óbitos), totalizando 490 (tabela 2 e gráfico 5).⁶⁷

Confrontados com os cálculos de Mary Karasch para o Rio de Janeiro, entre 1840-1851 e Iraci Del Nero da Costa para Vila Rica, entre 1799 e 1801, onde o obituário infantil excedia os nascimentos, verifica-se que na Morro Velho as crianças tinham maior chance de sobrevivência, mas não o suficiente para aumentar naturalmente a população escrava. Pois, nela, entre 1848 e 1868, houve mais mortes dos adultos do que crianças sobreviventes como se vê na tabela 3 em anexo.

Tomando os dados da referida tabela, excluindo o ano de 1847, porque somente encontrei os dados em percentuais até aquele ano para mortes dos adultos, e os anos 1849, 1850 e 1852 (porque não foi possível calcular o saldo demográfico das crianças naqueles anos) têm-se os seguintes resultados: 1) em relação aos escravos da companhia, 121 mortes de adultos e 59 de saldo positivo _ nascimento menos mortes _ entre as crianças, provocando decréscimo populacional de 62 indivíduos; 2) em relação aos escravos alugados pela companhia, excluindo os mesmos anos pela mesma razão, 876 mortes de adultos e 427 de saldo positivo _ nascimento menos mortes _ entre as crianças, provocando um decréscimo populacional de 449 indivíduos. Somando toda a escravaria, 948 mortes de adultos e 486 de saldo positivo _ nascimento menos mortes _ entre as crianças, há

⁶³ Vários testemunhos e autores comprovam essa conclusão. O cirurgião Luís Gomes Ferreira. *Erário Mineral* (1735). Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2002, p. 229 e 239. O médico Reinhold Tuesher. *Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos nas fazendas de café*. Rio de Janeiro, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853, p. 9-11. KARASH (2000) p.497. KENNETH (1984) p.140-144.

⁶⁴ Annual report, 1872, p. 87.

⁶⁵ LIBBY (1984) p.62-64.

⁶⁶ KARASH (2000) p.165. COSTA, In: LUNA (2009) p. 243.

⁶⁷ Não foi possível calcular até 1888, porque a partir de 1870 a empresa parou de registrar óbitos de crianças.

Ano	Nascimento	Óbitos	Saldo	Nascimento	Óbitos	Saldo
1847	8	2	6	18	6	12
1848	10	5	5	27	14	13
1849	-	5	-	0	19	-
1850	7	-	-	17	11	6
1851	8	3	5	24	4	20
1852	5	-	-	13	9	4
1853	12	6	6	31	8	23
1854	5	1	4	19	4	15
1855	9	1	8	29	4	25
1856	4	3	1	16	5	11
1857	8	2	6	20	5	15
1858	11	2	9	38	3	35
1859	6	3	3	20	7	13
1860	9	3	6	26	7	19
1861	7	1	6	24	1	23
1862	6	6	0	26	6	20
1863	5	6	-1	29	6	23
1864	5	3	2	37	3	34
1865	3	4	-1	28	4	24
1866	5	6	-1	45	6	39
1867	4	2	2	46	2	44
1868	4	1	3	22	1	21
1869	7	(-)	(-)	30	(-)	(-)
1870	3	(-)	(-)	25	(-)	(-)
1871	6	(-)	(-)	33	(-)	(-)
Total	157	65	69	633	135	439

Fonte: Annual report.

Nos anos cujos quadros apresentam esse símbolo (-) não foram encontrados dados.

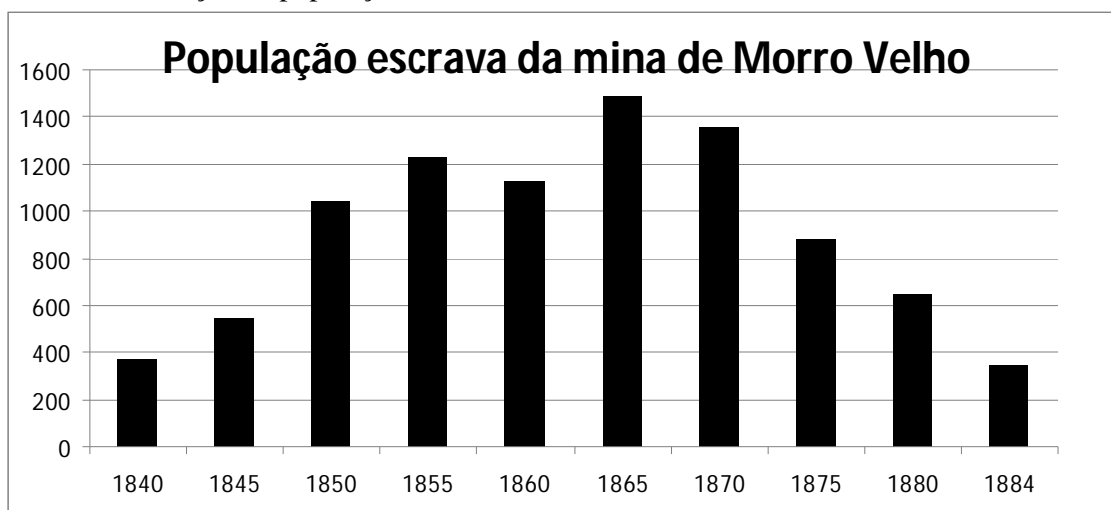
Tabela 3: balanço demográfico da população escrava em Morro Velho

Ano	Óbitos dos adultos		Nascimento das crianças		Saldo	
	Cia	alugados	Cia	alugados	Cia	alugados
1848	8	45	5	18	-3	-27
1849	16	65	(-)	(-)	(-)	(-)
1850	8	50	(-)	6	(-)	-44
1851	4	35	5	25	1	-10
1852	6	34	(-)	4	(-)	-30
1853	8	87	6	29	-2	-58
1854	7	64	4	19	-3	-45
1855	3	4	8	33	5	29
1856	6	49	1	12	-5	-37
1857	5	21	6	21	1	0
1858	7	25	9	44	2	19
1859	6	24	3	16	-3	-8
1860	9	33	6	25	-3	-8
1861	5	43	6	29	1	-14
1862	5	72	(-)	(-)	(-)	(-)
1863	15	63	1	22	-14	-41

1864	5	47	2	36	-3	-11
1865	4	65	1	23	-3	-42
1866	11	64	1	38	-10	-26
1867	6	54	2	46	-4	-8
1868	7	38	3	24	-4	-14
Total	151	1027	68	470	-48	-375

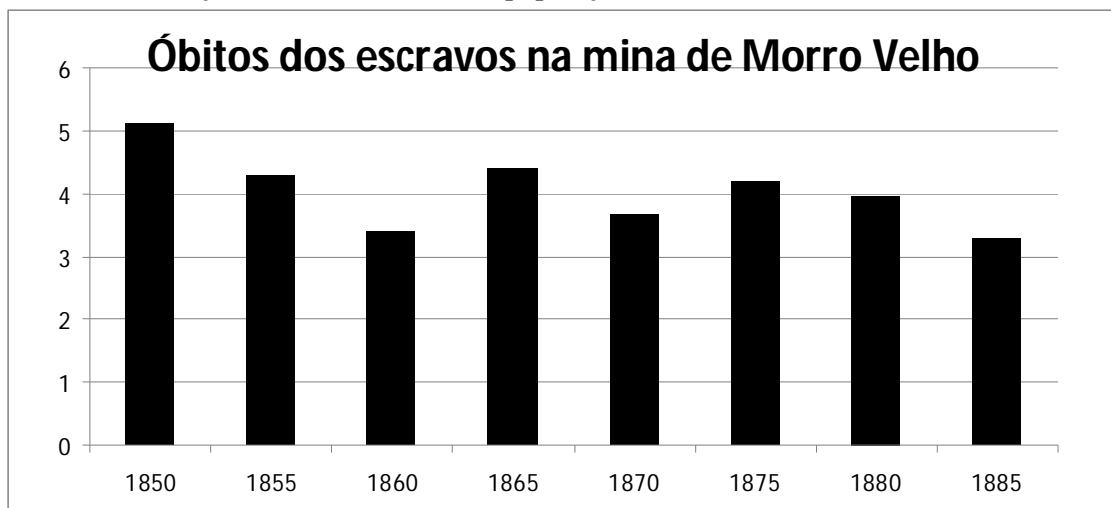
Fonte: Annual report. Nos anos cujos quadros apresentam esse símbolo (-) não foram encontrados dados.

Gráfico 1: evolução da população escrava da mina de Morro Velho



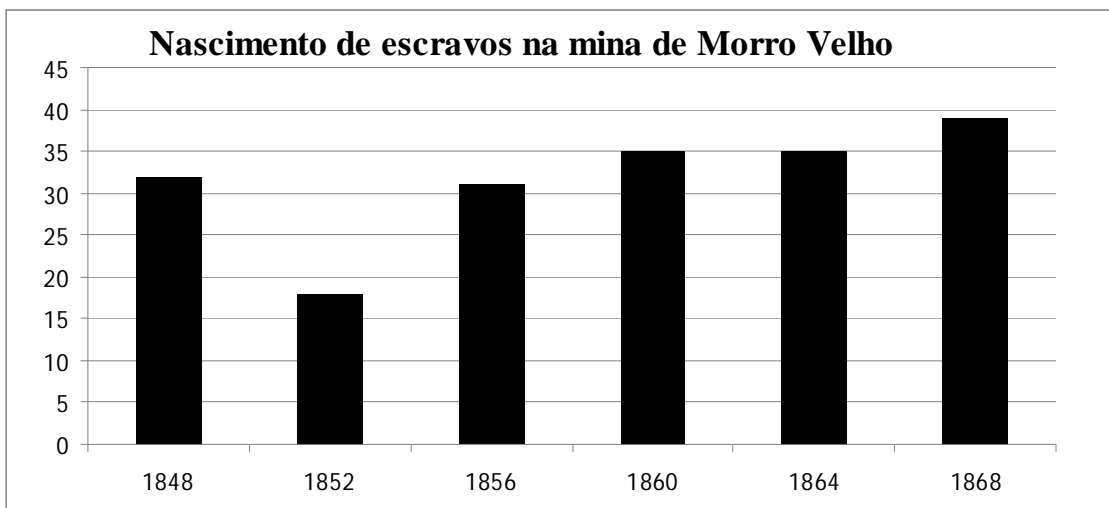
Este gráfico foi feito com base na tabela elaborada por LIBBY (1979) p. 167

Gráfico 2: balanço das taxas de óbitos da população escrava de Morro Velho



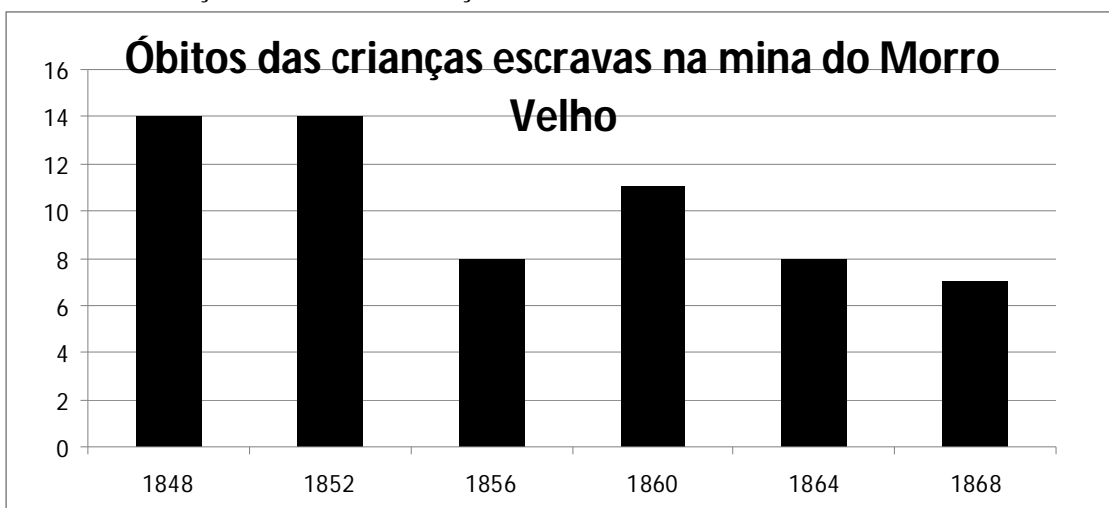
Elaborado com base na tabela 1

Gráfico 3: balanço do nascimento de escravos na mina de Morro Velho



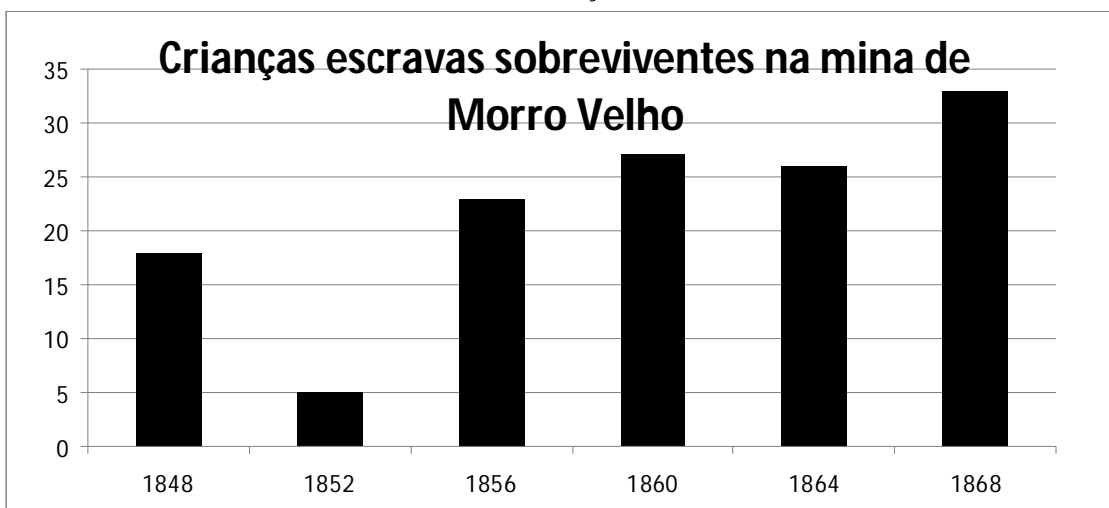
Elaborado com base na tabela 2

Gráfico 4: balanço dos óbitos de crianças escravas na mina de Morro Velho



Elaborado com base na tabela 2

Gráfico 5: saldo dos sobreviventes entre as crianças escravas



Elaborado com base na tabela 2

Referências

Documentais

1) Arquivo Público Mineiro

Correspondências das secretarias de governo. SG 526 e 530, 1826-1870

Relatórios de saúde pública. PP 1-26, 1824-1889

Ofícios do governo da província. SP 574, 1851-1886

2) Relatórios e estatísticas

Annual report. London, Robert Clay, 1839 -1886

Circular to proprietors. London, Robert Clay, 1850.

Listas de nascimento e óbitos na Província de Minas Gerais em 1856.

Listas de escravos nascidos na Província de entre 1866-1871.

Mapa de doentes tratados nos hospitais de caridade da Província em 1858.

Presidência da Província de Minas Gerais, 1827-1888

Quadro demonstrativo do movimento da população escrava da Província de Minas Gerais, 1871-1883.

3) Narativas de viagem (viajantes)

BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília, Senado Federal, 2001.

FREIREYSS, George Wilhelm . *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, ed. Itatiaia, 1992.

ESCHWEGE, Whilhelm Ludwig von. *Pluto brasilienses*. São Paulo, Editora Nacional, 194.

HILAIRE, Auguste de Saint. *Viagem pelo Distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

Bibliográficas

ADAM, Philippe e HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da medicina*. Bauru, Edusc, 2001.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil: Império*, v.2. 8º reimp. São Paulo, Cia. das Letras, 2006.

AMARANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comércio (RJ) em 1850. *História, Ciência e Saúde-Manguinhos*, v.14, nº 4, 2007.

ANDRADE, Antônio Luís. *Das entranhas da terra: breve história sobre educação e cultura dos trabalhadores da mineração de ouro _ Nova Lima século XIX*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Educação, Unicamp, 2001.

ASSIS, Marcelo Ferreira de. *Tráfico atlântico, impacto microbiano e mortalidade escrava*. Dissertação de Mestrado em História, UERJ, 2002.

BEGARD, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil 1720-1888*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

_____. Depois do Boom: aspectos demográficos e econômicos da escravidão em Mariana, 1750-1808. In: *Estudos Econômicos*, v.24, nº.3, 1994.

BARBOSA Keith Valéria de Oliveira. *Doença e cativo: um estudo sobre mortalidade e sociabilidade escravas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, dissertação em história, UFRJ, 2010.

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira e GOMES, Flávio. Doenças, morte e escravidão africana. *Ciências e Letras*, nº44, 2008.

BECKER, Carolina Bitencourt. Os escravos e sua relação com a história da saúde na fronteira meridional do Rio Grande do Sul de século XIX. *Anais do X Encontro Estadual de História -*

- ANPUHRS, 2010.
- BEGARD, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil: 1720-1888*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- BEWELL, Alan. *Medicine and West Indian slave trade*. London. Pickering and Chatto, 1999.
- BRIZOLA Jaqueline Hans. *A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e o perfil de escravos enfermos no contexto do fim do tráfico negreiro no Brasil (1847-1853)*. Porto Alegre, dissertação em história, 2010.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- BOULLE, Pierre H. Em defesa da escravidão: oposição à abolição no século XVIII e as origens da ideologia racista na França. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo, Ed. Unesp, 2004.
- _____. Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe. In: *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed., São Paulo, Perspectiva, 2001.
- CAMPBELL, John. Work, pregnancy, and infant mortality among Southern slaves. In: *Journal of Interdisciplinary History*, 14, p. 793-812, 1984.
- CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, Unicamp, 2003
- _____. *Cidade febril*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Cia. das Letras, 1999.
- CHANDLER, David L. *Health and slavery: a study of health conditions among negro slaves in the Viceroyalty of New Granada and its associated slaves trade, 1600 a 1810*. Tulane, Universidade de Tulane, 1972.
- CHILD, Matt. Master-slave rituals of power at a gold mine in nineteenth century Brazil. In: *History Workshop Journal*, 53(1), 2002.
- COELHO, Philip R. and ROBERT A. McGuire. Diets versus diseases: the anthropometrics of slave children. In: *The Journal of Economics History*, v. 60, nº 1, 2000.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CURTIN, Philip D. *The Atlantic slave trade*. Madison, University of Wisconsin press, 1969
- _____. Epidemiology and the slave trade. In: *Political Science Quarterly*, nº 83, 1968.
- DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *The problem of slavery in the age of revolution (1770-1823)*. New York, Ithaca, 1975.
- DECA, Edmar de. O colonialismo como a glória do Império. In: ZENHA, Celeste et al. *O século XX*; Vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- EBLEN, J. Ericson. Growth of the black population in Ante Bellum America, 1820-1860. In: *Population Studies*, nº 26, p. 273-289, 1972.
- _____. New estimates of the vital rates of the United States black population during the nineteenth century. In: *Demography*, nº 11, p. 301-319, 1974.
- EHRARD, Jean. L'esclavage devant la conscience morale dès lumière française. In: *Abolitions de l'esclavage*. Vincennes, Presses Universitaires de Vincennes, 1995.
- ELTIS, David. Nutritional trends in Africa and the Americas: heights of Africans, 1819-1839. In: *Journal of Interdisciplinary History* 12, p. 453-475, 1982.
- EUGÊNIO, Alisson. *Arautos do progresso: o ideário médico sobre saúde pública no Brasil*
- FALCI, Miridan Britto. Doenças dos escravos. *Anais do XII Encontro Regional de História – ANPUH-RJ*, 2004.
- _____. e ALMEIDA, Ana Maria. Cemitérios de escravos e condições nosológicas dos escravos em Vassouras. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v. 12, nº. 12, p. 211-216, 2003.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- FOGEL, Robert W. and ENGERMAN, Stanley L. *Time of the cross: the economics of American Negro slavery*. Boston: Little, Brown, 1974.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed., São Paulo,

Unesp, 1997.

- FREITAS, Octavio de. *Doenças africanas no Brasil*. São Paulo, Cia. Nacional, 1935.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande-senzala*. 34ª ed., Rio de Janeiro, Record, 1998.
- _____. *Sobrados e mocambos*. São Paulo, Cia. Nacional, 1936
- FRIEIRO, Eduardo. *Angu, feijão e couve*. 2ª Ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1982
- GENOVESE, Eugene. *Roll Jordan, roll: the world the slaves made*. New York, Pantheon, 1975.
- _____. The medical and insurance costs of slaveholding in the cotton belt. *Journal Negro History*, XLV, 1960.
- GOENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 1978.
- GOULART, Alípio em *Da palmatória ao patíbulo*. Rio de Janeiro, Conquista/ INL, 1971.
- GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Velho: a extração de homens*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Os manuais de medicina popular do Império e as doenças de escravos: o exemplo de Chernoviz. *Revista latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, v.11, 2008.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná 1800-1830. *Revista Estudos Econômicos*, vol. 17, nº. 2, 1987.
- GUTMAN, Herbert. *Slavery and the numbers game: a critique og time on the cross*. Urbana, University of Illinois Press, 1975.
- HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- HENRIQUE, Márcio Couto. Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará XIX). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, suplemento 1, 2012.
- HOLLOWOOD, Bernard. *História de Morro Velho*. Tradução de Lúcia Machado Almeida. Londres, Sanson Clarck, 1955
- HONORATO, Cláudio de Paula. *Valongo: o mercado de escravos no Rio de Janeiro, 1758-1831*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, dissertação em história, 2008.
- JÚNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. 42ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- KIPLE, Kenneth. *The caribbean slavery: A biological history*. Cambridge, University Press, 1984.
- _____. The nutritional link and child mortality in Brazil. In: *Hispanic, America Historical Review*, v. 69, nº 4, 1989.
- KLEIN, Herbert S. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto, FUNPEC, 2004.
- _____. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- KODAMA et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, suplemento 1, 2012.
- LARA, Silva. *Os campos da violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem*. Belo Horizonte, Ed UFMG, 1996.
- LIBBY, Douglas Cole. Escravidão e demografia. In: *LPH, Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto*, nº 1, v. 3, 1992.
- _____. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.
- _____. *Trabalho escravo na mina de Morro Velho*. Belo Horizonte, dissertação em História, UFMG, 1979.
- LIMA, Silvio Cezar de Souza. *O corpo escravo como objeto de práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850)*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em história, Fiocruz, 2011.
- LORNER, Beatriz Ana et al. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, suplemento 1, 2012.
- LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, Unicamp, 2001.
- LOVEJOY, Paul E. *Transformation in slavery. A history of slavery in Africa*. Cambridge University Press, 1983

- LUNA, Francisco Vidal et al. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo, Edusp, 2009.
- _____ e COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo, Fipe/Pioneira, 1982.
- _____. *Minas Gerais: senhores e escravos*. São Paulo, IPEA/USP, 1981.
- MARIOSIA, Rosilene Maria. *O tratamento e doenças de escravos na Fazenda de Santo Antônio do Paiol 1850-1888*. Vassouras, dissertação de história, Universidade Severiano Sombra, 2006.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas*. São Paulo, Cia. das Letras, 2004.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro, Access, 1994.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1990.
- MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. *Estudos Econômicos*, v.13, nº 1, 1983.
- MOREIRA, Paulo Roberto S. “Portanto, os senhores exigindo dos escravos mais do que podem, cometem homicídio”: vida e morte de indivíduos cativos nos oitocentos através dos registros de óbito (Porto Alegre/RS). *Espaço Plural*, nº 22, 2010.
- MELO, Ciro Bandeira de. *Nova Lima ontem e hoje*. Belo Horizonte, Arte editora, 2008.
- MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em bananal: 1801-1829 separata da *Revista Brasileira de estudos de população*, vol. 5, nº 1, 1988.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul e MARQUES, Rita de Cássia. *Uma história brasileira das doenças*. V.2, Rio de Janeiro, Mauad, 2006.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo e CARVALHO, Diana Maul (org). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília, Ed. Paralelo 15, 2004.
- NETO, André de Faria P. *Ser médico no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001.
- NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. Mortalidade e morbidade entre os escravos brasileiros no século XIX. In: *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 1994.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O banzo e outros males: o pátos dos negros escravos na memória de Oliveira Mendes. *Revista latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, v.1, nº 2, 2007.
- PAIVA, Clotilde A. e LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.25, nº. 2, 1995.
- PAIVA, Eduardo F.. *Escravidão e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1996.
- PARAHYIM, Orlando. *Doenças dos escravos em Pernambuco*. Recife, Gráfica Caxangá, 1978.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond/IPHAN, 2007.
- PHILLIPS, Ulrich B. *American negro slavery*. Baton Rouge, LSU, 1966.
- PINTO, Natália Garcia. Trabalho e morte: um estudo das causas de falecimentos de trabalhadores cativos na cidade portuária de Rio Grande (1864-1870). *Aedos*, nº 4, v. 2, 2009.
- PORTO, Ângela. *Doenças e escravidão: sistema de saúde dos escravos no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Fiocruz, CD-Rom, 2007.
- _____. Sistema de saúde dos escravos no Brasil do século XIX. *História, Ciência e Saúde-Manguinhos*, v.13, nº 4, 2006.
- _____. A assistência médica aos escravos no Rio de Janeiro. In: *Revista Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 13-25, 1988.
- POSTEL, Willian. Dosite. *The health of slaves on Southern plantations*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1951.
- READ, Ian. Um declínio triunfante? Tétano entre escravos e livres no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, suplemento 1, 2012.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.
- ROCHA, Antonio Penalves. *Idéias antiescravidistas da Ilustração na sociedade escravista*

- ROSENTHAL, Caitlin. *From slavery to scientific management: capitalism and control in America (1754-1911)*. Mimeo, 2013.
- SANTOS, Magnólia Costa (org.). *Diderot: Da interpretação da natureza e outros escritos*. São Paulo, Iluminuras, 1989.
- SAVITT, Todd L. *Medicine and slavery: the diseases and health care of blacks in antebellum Virgínia*. Urbana, University of Illinois press, 1978.
- SCHWARTZ, Marie Jenkins, *Birthing a slave: motherhood and medicine in Antebellun South*. Havard, University Press, 2006.
- SHERIDAM, Richard B. *Doctors and slaves: a medical and demographic history of slavery in the British West Indies*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- SILVA, Alberto de Costa e. "A memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos." In: *Afro-Ásia*, v.28, 2002.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro,
- SLENES, Robert. African, Lucretias and men of sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery (Lithographis) (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas. In: *Slavery and Abolition*, v. 23, 2002.
- _____. As taxas de fecundidade da população escrava brasileira na década de 1870. In: *Anais do V Encontro Nacinal de Estudos Populacionais*. ABEP, 1986.
- SOMARRIBA, Maria das Graças G. *A medicina no escravismo colonial*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH, textos de sociologia 1, 1984.
- STECKEL, Richard H. Birth weights and infant mortality among American slaves. In: *Economic History*, nº 23, p. 173-198, 1986.
- _____. *A peculiar population: the nutrition, health, and mortality of American slaves from childhood to maturity*. Mimeo, 1985.
- _____. *Slave mortality: analysis of evidence from plantation records*. In: *Social Science History* 3, p. 86-114, 1979.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- SOUZA, Rafael de Freitas. *Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina de Passagem de Mariana*. Tese de história, USP, 2009.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana: 1850-1888. In: *Afro-ásia*, nº 28, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis, Vozes, 1986.

